

## CLASSE DOMINANTE E POLÍTICA ECONÔMICA NA ECONOMIA CAFEIEIRA (1906-1930)<sup>1</sup>

Renato Monseff PERISSINOTTO<sup>2</sup>

- RESUMO: Este artigo tenta identificar as divisões, no interior da classe dominante, da sociedade cafeeira exportadora em São Paulo (1906-1930) e o seu significado político, analisando o processo de tomada de decisão acerca da política econômica e seus pontos principais.
- UNITERMOS: Classe dominante; hegemonia; política econômica; economia cafeeira.

Os estudos sobre a sociedade vigente em São Paulo durante o período que se convencionou chamar de Primeira República abordam, geralmente de forma muito breve, as relações econômicas e políticas entre as classes e frações dominantes.

Freqüentemente, o fato de existir nessa sociedade uma fração da classe dominante ligada a vários tipos de atividade - produção de café, estradas-de-ferro, comércio exportador e importador, atividade bancária - levou alguns autores a pensar que tal classe era, justamente em função de suas atividades em vários setores da economia cafeeira, a única existente, uma classe monolítica, não fracionada, homogênea e, conseqüentemente, livre de conflitos internos.<sup>3</sup> Essa imagem unificadora da classe dominante da economia cafeeira paulista é notada claramente em expressões como "burguesia cafeeira" ou "oligarquia paulista", abundantemente encontradas na literatura sobre o período e que, como se vê, têm um sentido generalizador que não identifica frações no seu interior.

Evidentemente, esse tipo de conclusão peca pelo economicismo, uma vez que limita a análise à dimensão exclusivamente econômica das classes dominantes na

---

1. Este artigo é um resumo de uma parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado *Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo*, defendida em outubro de 1991 no IFCH-UNICAMP

2. Departamento de Ciências Sociais - UFPR - 81530-900 - Curitiba - PR.

3. O principal representante dessa posição é Sérgio Silva. Segundo ele, no período em questão, "essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não diferem... ..frações de classe relativamente autônomas; não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial etc, mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções" (1976, p. 60). Outros defensores dessa posição são Liana Maria L. A. da Silva (1976), Zélia Cardoso de Mello (1985) e outros.

economia cafeeira paulista. Olhando apenas para o processo social de produção (produção e circulação) e constatando que aí se sobressai uma classe que age em todos os pontos desse processo, conclui-se que esta é a única classe existente.

Ao contrário, se estivermos atentos às dimensões políticas e ideológicas de existência das classes sociais, dimensões que se expressam na luta de classes inerente à divisão social do trabalho, perceberemos que existem outras frações dominantes vinculadas direta ou indiretamente à economia cafeeira. Perceberemos então que o bloco no poder<sup>4</sup> da sociedade agroexportadora cafeeira paulista é, na verdade, fracionado e permeado por conflitos no seu interior.

Uma análise esquemática dessa sociedade nos revela a seguinte composição das classes e frações dominantes ligadas *diretamente*<sup>5</sup> à economia cafeeira: o grande capital cafeeiro mercantil-exportador, a "lavoura" e os comissários.<sup>6</sup>

Essa diferenciação do bloco no poder da sociedade agroexportadora paulista se expressava das mais variadas formas.

Por exemplo, um breve estudo da economia cafeeira pode nos revelar as relações de subordinação que se estabeleceram entre o grande capital cafeeiro e a lavoura, em prejuízo desta última, sobretudo no que se refere à especulação no comércio exterior do café e à falta de crédito. Com relação ao comissariado, são abundantes as reclamações da lavoura no que se refere aos juros excessivamente altos extorquidos pelos comissários. Essa relação de subordinação no nível econômico se manifestou várias vezes em outras instâncias da vida social.

No âmbito partidário, uma análise detalhada do Partido Republicano Paulista nos mostra claramente como essa posição subordinada ocupada pela lavoura nas relações econômicas se dá juntamente com uma posição subordinada no interior do referido partido. São também freqüentes as dissidências causadas pelos representantes políticos da lavoura em função do descontentamento dessa classe com a política perrepista. Dissidências que sempre voltavam aos braços do partido, visto que não existia vida política fora do mundo oficial.<sup>7</sup>

Uma das mais famosas dissidências foi a tentativa de formação do Partido da Lavoura, criado em 1898 por fazendeiros desesperados com a crise que a política

---

4. Por "bloco no poder" entendemos estritamente a luta política, isto é, a luta pelo controle do Estado, que se desenvolve exclusivamente no interior das classes dominantes. Ver Nicos Poulantzas (1986, p. 137).

5. Dizemos diretamente porque existem frações da classe dominante ligadas indiretamente a essa economia. Por exemplo, a burguesia industrial, que efetivamente existiu em São Paulo na Primeira República, tem, como se sabe, fortes vínculos com a economia cafeeira, mas não está ligada diretamente a uma atividade cafeeira.

6. Por grande capital cafeeiro entendemos o capital com base na produção de café, porém diversificado, agindo em outros setores da economia cafeeira além da produção, e que é predominantemente mercantil. O representante típico dessa classe é o conselheiro Antonio Prado; ver Sérgio Silva (1976, p. 61). Por "lavoura" queremos designar aqueles indivíduos exclusivamente ligados à produção de café, isto é, à grande propriedade rural. Os comissários eram aqueles que exerciam funções mercantis-bancárias de cunho quase sempre pessoal. Estes últimos vivenciaram uma forte decadência na Primeira República devido ao crescente controle do comércio de café pelas grandes casas exportadoras nacionais e estrangeiras.

7. Para a posição da lavoura no interior do PRP ver o excelente livro de José Ênio Casalecchi (1987).

econômica oficial, apoiada pelo PRP, fazia cair sobre a lavoura, e que tinha o objetivo expresso de abrigar apenas fazendeiros do interior, vinculados exclusivamente à terra, descontentes com o que consideravam ser o descaso do PRP frente aos seus interesses.

A diferenciação no interior das classes dominantes da sociedade exportadora paulista se expressava também nas diversas associações de classe, representantes de interesses bem diferenciados. Aqui temos a Sociedade dos Agricultores Paulistas, criada pelo governo para obter apoio à política ortodoxa de Campos Sales, dirigida por membros do grande capital cafeeiro, como Antonio Prado e Francisco de Paulo Queiróz; a Sociedade Paulista de Agricultura, organizada dentro da própria Secretaria Paulista de Agricultura, formada por membros da lavoura e de comissários; a União dos lavradores que, segundo Love (1982, p. 308-9), representava os fazendeiros menos poderosos; a Sociedade Rural Brasileira que, embora não fosse só paulista, foi formada por Artur Diedricksen, da firma Teodor Wille, membro do grande capital cafeeiro ligado a empreendimentos estrangeiros (os principais presidentes da SRB foram Paulo de Moraes Barros e H. de Souza Queiróz, cujas famílias atuavam nas mais diversas atividades da economia cafeeira); finalmente, a Liga Agrícola Brasileira, claramente vinculada às reivindicações da lavoura.

Há que lembrar também o lugar diferenciado ocupado pelo grande capital cafeeiro e pela lavoura naquilo que Victor Nunes Leal (1978) chamou de "compromisso coronelista". A lavoura, vinculada exclusivamente à terra, situada, portanto, nos municípios rurais de interior,<sup>8</sup> se personificava politicamente na figura do coronel, que, como mostrou Leal, era subordinado ao poder regional. Casalecchi (1987) mostrou como essa relação de subordinação se transplantou para dentro do PRP, cujos diretórios municipais, formados pelos fazendeiros do interior, eram completamente subordinados à todo-poderosa Comissão Executiva do partido, localizada na capital do estado. Na verdade, o PRP é o instrumento garantidor do compromisso coronelista, vigiando e mantendo os coronéis do interior sob a mais rígida disciplina partidária. Analisando de perto a Comissão Executiva do PRP, perceberemos que o grande capital cafeeiro se fez representar aí solidamente, conseguindo reproduzir politicamente a posição "privilegiada" que detinha em relação à lavoura no nível econômico.<sup>9</sup> Se o PRP foi, apesar dos conflitos internos, o partido dominante em São Paulo durante toda a Primeira República, não o foi por causa de uma pretensa homogeneidade da classe dominante da sociedade exportadora paulista, mas pelo artifício da Política dos Governadores, que condenava ao ostracismo absoluto qualquer tentativa de oposição política. Nessas condições, restava à lavoura e aos seus representantes políticos apenas lutar dentro do PRP, criando cisões e dissidências.

---

8. Zélia Cardoso de Mello (1985) mostrou que, ao contrário da lavoura, os membros do grande capital cafeeiro, que mesclavam atividades rurais e urbanas, concentravam-se na cidade de São Paulo, *locus* privilegiado de suas atividades. O grande capital cafeeiro era, portanto, uma classe urbana.

9. Para uma análise mais detalhada do domínio da Comissão Executiva do PRP pelo grande capital cafeeiro ver Love (1982, p. 215-49), Prado (1986, p. 16-8), Mello (1985, p. 131-137) e Perissinotto (1991, p. 185-99).

Percebe-se, portanto, que uma análise atenta às relações políticas no interior do bloco no poder ligado diretamente à economia cafeeira em São Paulo nos revela quão longe ele estava de ser homogêneo. Mostra, ao contrário, como foi, durante todo o período, perpassado por uma série de conflitos políticos. Podemos inclusive dizer, recorrendo mais uma vez a Poulantzas (1986, p. 74-81), que as frações que compunham o bloco no poder da sociedade agroexportadora paulista do começo do século se constituíam em *frações autônomas* de classe, isto é, frações que se expressam no nível do político e do ideológico por meio de *efeitos pertinentes* que não ocorreriam se elas não existissem de forma política e ideologicamente autônoma.

Todas essas questões e realidades apontadas até aqui merecem um estudo detalhado. Porém, o que propomos neste trabalho é algo menos ambicioso. O objetivo deste artigo é ver como essa diferenciação do bloco no poder da sociedade agroexportadora paulista se expressava na formulação da política econômica cafeeira. O estudo da política econômica do Estado é, ao nosso ver, importante, porque esta atende a interesses fundamentais da classe dominante. Mais do que isso, na formulação da política econômica, certos interesses fundamentais de uma fração da classe dominante são atendidos, e interesses também fundamentais de outras frações não o são. Percebe-se então que a formulação da política econômica de Estado é um campo de luta onde se decidem questões centrais relativas aos interesses de classe, e a sua resultante reflete a relação política entre as frações dominantes. Procuramos, portanto, realizar uma pequena contribuição para o estudo da hegemonia no interior do bloco no poder, isto é, para o estudo das relações de subordinação política entre as classes e frações dominantes, procurando constatar que fração consegue fazer com que seus interesses sejam atendidos de forma prioritária pela política econômica de Estado. Para tanto, escolhemos seis políticas que serão brevemente analisadas neste trabalho: o movimento geral da taxa de câmbio, as primeira e terceira valorização do café, o esquema de valorização permanente e a política creditícia. Deixaremos de lado o período do "Encilhamento" e os dois *Funding Loan*, visto que não eram políticas ligadas diretamente à economia cafeeira, embora com evidentes conseqüências sobre ela. A segunda valorização também não será analisada aqui, pois ela se apresenta claramente como um esquema peculiar, em função da Segunda Guerra Mundial, que não pode ser tomado como padrão explicativo para os esquemas valorizadores em geral. Além disso, as informações encontradas na literatura sobre o segundo esquema valorizador são bastante restritas e inconclusivas.

A nossa hipótese é que na forma final assumida por essas políticas o grande capital cafeeiro conseguiu, aliado ao capital estrangeiro, fazer com que seus interesses fundamentais fossem atendidos de forma prioritária, ao passo que a lavoura cafeeira teve seus interesses fundamentais - em especial o monopólio oficial do comércio do café e uma política creditícia eficaz - sistematicamente lesados. Uma hipótese que se contrapõe, portanto, é a tese largamente defendida na bibliografia, segundo a qual são os "fazendeiros de café" a fração hegemônica na Primeira República.

Além da contribuição ao estudo da hegemonia na Primeira República, pensamos que um estudo desse tipo se justifica pela importância primordial que os conflitos no interior do bloco no poder assumiram no Brasil desse período. Sem dúvida, esses conflitos - e não aqueles entre burguesia e proletariado - formavam a contradição principal, responsável pelos acontecimentos políticos centrais de 1889 a 1930.

## O movimento geral da taxa de câmbio e a tese tradicional

A partir do período em que se efetivou o *Funding Loan* (1898), o objetivo sempre perseguido pelos governos seguintes parece ter sido a estabilização cambial num nível elevado. É claro que esse objetivo nem sempre foi atingido. Porém, ao contrário do que afirma a tese tradicional (Furtado, 1971), as desvalorizações cambiais quase nunca foram uma imposição dos desejos da lavoura exportadora cafeeira. Na verdade, o eixo central da política econômica brasileira orientou-se nesse período, com algumas dificuldades, por uma linha tradicional: equilíbrio orçamentário e valorização cambial. Os acontecimentos dessa linha se davam devido a fatores internos - descontinuidade administrativa, gastos extraordinários etc. - e, principalmente, a fatores externos - as oscilações do preço do café, crises do comércio exterior, depressão nos países industrializados, guerras etc. (Villela & Suzigan, 1973, p. 55).

Uma leitura atenta do livro dos autores acima citados (Villela & Suzigan, 1973, p. 37-46) nos permite determinar os anos em que ocorreram as valorizações cambiais e os anos em que as desvalorizações prevaleceram.

Em 15 anos do primeiro período republicano ocorreram valorizações da moeda (de 1899 a 1906, de 1918 a 1920 e de 1923 a 1926); em 14 anos ocorreram desvalorizações do câmbio (de 1890 a 1898, de 1915 a 1917 e de 1921 a 1922); em oito anos a moeda permaneceu estável, mas acima do nível exigido pela lavoura cafeeira (de 1907 a 1914); e, finalmente, em quatro anos a moeda permaneceu estável como resposta à valorização de 25% ocorrida entre 1923 e 1926 (de 1927 a 1930).

Nos 14 anos em que as desvalorizações cambiais ocorreram elas jamais foram uma imposição da lavoura cafeeira ao governo e à Nação. Entre 1889 e 1898, a inflação e a queda da taxa de câmbio se deram em razão das medidas econômicas tomadas ainda no Império, para sanear o problema de escassez de liquidez. Depois, com as pressões da burguesia bancária para que essas medidas não fossem revogadas e com a queda internacional dos preços do café a partir de 1895, ou seja, com emissão de moeda e queda de nossas reservas cambiais, ocorreu uma violenta desvalorização cambial.

Entre 1915 e 1917, a Primeira Guerra Mundial forçou o abandono dos principais objetivos da política econômica e, com isso, acentuaram-se os *déficits* orçamentários. Nessas condições, que consistiam na queda do preço internacional do café, na queda do volume das exportações, na fuga dos capitais estrangeiros e na impossibilidade de

se receber empréstimos externos, em suma, na ausência de divisas no país, não havia outra coisa a ser feita senão o abandono da política de sustentação cambial e de contenção das emissões sem lastro.<sup>10</sup>

Entre 1921 e 1922, a curta porém aguda recessão nas economias centrais, sobretudo na americana, nosso principal mercado consumidor, num momento em que os operadores tinham estoques apreciáveis, foi a causa principal da desvalorização cambial. O preço do café caiu, fazendo baixar as receitas da exportação (73 milhões de libras em 1919; 53 milhões em 1920). A diminuição no ouro gerado pelas exportações foi acentuada pelo aumento das importações em função do fim dos obstáculos impostos pela guerra ao acesso aos importados. Como conseqüência, a taxa de câmbio desvalorizou-se de 17 dinheiros por mil-réis para 9 5/8 durante o período em questão.

Esses grandes colapsos cambiais desencadearam profundos déficits orçamentários. Sem divisas e com o câmbio baixo, o Estado brasileiro se via impossibilitado de pagar os serviços da dívida externa. As importações encarecidas diminuam no seu volume, causando uma penúria financeira no governo, cuja estrutura tributária, como se sabe, dependia até a medula dos impostos aduaneiros. Não era possível, assim, arcar com os compromissos externos ou internos em época de crise cambial.

Esses períodos de forte instabilidade econômica foram seguidos por negociações com os banqueiros internacionais, visando à obtenção de liquidez necessária para o restabelecimento do equilíbrio cambial. Dessas negociações resultavam políticas monetárias e fiscal extremamente restritas. Foram os casos dos governos de Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Wenceslau Brás (1914-18) - quando se deu o segundo *Funding Loan* - e Artur Bernardes (1922-1926).

Assim, percebemos que *as desvalorizações cambiais originaram-se, sobretudo, de reversão de condições externas a princípio favoráveis, isto é, de conformação de uma crise externa cujos aspectos negativos são potencializados numa economia fundamentalmente exportadora*. Seguindo esses períodos, como dissemos, foram executadas políticas de recuperação cambial e financeira que impuseram pesados sacrifícios à lavoura cafeeira.

Vemos, portanto, claramente, que as desvalorizações cambiais não ocorreram por imposição política dessa classe. Ao contrário do que diz Celso Furtado, as desvalorizações cambiais também não ocorriam, necessariamente, quando havia queda nos preços internacionais do café, fazendo funcionar o mecanismo da "socialização dos prejuízos". O exemplo mais gritante é o do período entre 1899 e 1906, no qual a queda persistente do preço internacional do café foi acompanhada por uma não menos persistente valorização cambial. Esse período configurou, segundo Wilson Cano (1983), uma crise para a lavoura cafeeira pior que a de 1929.

---

10. Manter a paridade em 15 *pence* por mil-réis como pregava a Caixa de Conversão criada na primeira valorização em 1906, numa situação de perda incontrolável de reservas de ouro, implicaria uma contração violenta do meio circulante, o que, sem dúvida, levaria o país à paralisia total.

Pelos dados aqui arrolados conclui-se que, de fato, o eixo da política cambial brasileira durante a Primeira República estava longe de beneficiar a lavoura. Ao contrário, muitas vezes prejudicou-a pesadamente. Os maiores interessados nessa política eram o Estado brasileiro, o capital estrangeiro e o grande capital cafeeiro. O primeiro porque necessitava recuperar suas finanças e o crédito externo, objetivo impossível de ser alcançado com uma baixa taxa cambial. O segundo, porque temia que os compromissos do país devedor não fossem em função da inadimplência causada pela desvalorização cambial. E, finalmente, o grande capital cafeeiro, porque via os seus investimentos novamente rentáveis - sobretudo as ferrovias e o comércio importador -, além de garantir a presença do capital estrangeiro no país, um parceiro econômico que trazia ao grande capital cafeeiro lucros bem maiores do que a mera desvalorização do câmbio. Lembremos que o grande capital não se reduzia a simples fazendeiros preocupados exclusivamente com a obtenção de um bom preço no porto de Santos. Os membros dessa classe representavam sempre um grande conglomerado, fornecendo crédito, administrando fazendas e estradas de ferro, promovendo a importação etc. Não encaravam, portanto, as políticas oficiais do mesmo modo que a lavoura, justamente em função de sua posição diferenciada no processo social de produção.

## A primeira valorização do café

O período do Encilhamento (1890-91), que combinou os altos preços internacionais do café com freqüentes desvalorizações cambiais, foi bastante benéfico para a lavoura cafeeira. No entanto, no governo Campos Sales, mais precisamente a partir de 1899, como resultado da política econômica ortodoxa, a taxa cambial começou a valorizar-se, conjugando-se com uma queda internacional nos preços do café que vinha desde 1896.<sup>11</sup> Superprodução - em função dos estímulos existentes no período do Encilhamento -, queda dos preços externos e valorização cambial foram os efeitos que deram origem, em 1906, ao primeiro esquema valorizador.

A crise era, sobretudo, a crise do "produtor". Os preços, em declínio já há muito tempo, atingiram, por volta de 1906, um nível nitidamente abaixo do custo de produção. Note-se, no entanto, que os preços pagos pelos consumidores estrangeiros no varejo não se alteravam, revelando que quem vivia de fato a crise era o "produtor" nacional, enquanto o exportador mantinha, apesar da baixa, o mesmo preço final ao consumidor (Prado Júnior, 1987, p. 230).

Foi dentro desse contexto de grave crise para a produção cafeeira que surgiram a primeiras idéias para uma intervenção oficial na comercialização do café. Com base nessas idéias iniciou-se o debate entre os *liberais* e os *intervencionistas*, que marcou a primeira década do século XX.

---

11. O movimento da taxa de câmbio, entre 1899 e 1906, de 7,4 *pence* por mil-réis a 16,2. O preço da saca de café (60 kg) variou, no mesmo período, de 3,07 libras-ouro a 1,97.

Os liberais, adeptos dos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves, viam na intervenção estatal o perigo de se frustrar a austera e bem-sucedida política contencionista, responsável pela recuperação financeira do país e pela recuperação de sua credibilidade no mercado financeiro internacional.

Os intervencionistas (Alfredo Ellis, Fausto Cardoso, Sezerdelo Corrêa e outros) também defendiam a valorização da moeda, porém em um nível remunerador, e criticavam o uso dos mecanismos ortodoxos para atingir tal fim. Sugeriam que a baixa cambial fosse resolvida pela valorização do preço do café mediante intervenção do Estado, e não pela eliminação da suposta produção excedente através do recolhimento do papel-moeda. Diziam que o Brasil detinha o monopólio virtual da produção do café e que era preciso dotá-lo de uma organização comercial que o tornasse capaz de desfrutar tal situação. Eles sabiam que o "produtor" precisava vender a sua safra de qualquer maneira, pois só tinha crédito de curto prazo. Além disso, tinham também consciência que o comprador se apoiava nos estoques existentes para, no meio da maior gravidade em face da superprodução, fingir não precisar do café oferecido pelo fazendeiro. Sabiam, em suma, que a causa da queda dos preços do café não era exclusiva da superprodução, mas também da especulação comercial.

Essas constatações redundaram naquilo que pode, com certeza, ser considerado como as exigências típicas da lavoura cafeeira e de seus representantes no período em questão: a eliminação do jogo especulativo, a concessão de empréstimos de longo prazo, a fixação de preços mínimos remunerados e, a principal, o monopólio estatal do comércio do café (Vilardo, 1986, p. 66-7).

Um plano valorizador já tinha sido apresentado em 1903 (o chamado Plano Siciliano) e fora recusado pelo governo Rodrigues Alves, que não abria mão de sua política ortodoxa. Porém, a ocorrência de uma supersafra em 1902 e a promessa de uma safra-monstro para o ano de 1906 tornaram a intervenção estatal urgentíssima. A resistência de Rodrigues Alves, contudo, só foi superada com a eleição de Afonso Pena, que deu início ao esquema valorizador. Em que consistiu, de fato, esse esquema? Foram os "produtores" os principais beneficiados?

A esta última pergunta acreditamos poder responder negativamente. Talvez, o erro de se considerar o Convênio de Taubaté - assinado pelos presidentes de Minas (Francisco Sales), Rio de Janeiro (Nilo Peçanha) e São Paulo (Jorge Tibiriçá), em 25 de fevereiro de 1906 - como o plano valorizador realmente efetivado seja responsável pela conclusão de que a primeira valorização beneficiou principalmente os produtores. Mais ainda, esse engano pode ser responsável pelo equívoco de se encarar a primeira valorização como prova de força política dos fazendeiros de café.<sup>12</sup> Qual era o conteúdo do acordo assinado no Convênio de Taubaté?

---

12. Franceschina Vilardo é uma representante dessa tese. Para ela, a fração agrária da burguesia cafeeira foi uma das principais protagonistas da Primeira República. Os esquemas valorizadores, incluindo a defesa permanente, resultado das lutas entre essa fração e os segmentos mercantis da oligarquia cafeeira, mais ainda, resultaram de um vitória agrária sobre a burguesia mercantil. A fração agrária da burguesia cafeeira teria sido, então, a principal beneficiária dessas políticas. Ver Vilardo (1986, p. i-ix e 69-70).

Apresentaremos aqui as principais cláusulas do famoso encontro. O preço médio mínimo que os estados signatários comprometeram-se em manter foi de 55 a 65 francos-ouro por saca. Quando se assinou o acordo, havia mais de dez anos que não se conseguia um preço médio de 50 francos (entre 1897 e 1905 ficou em 35 francos). O que se intencionava era conseguir um aumento real dos preços do café. O Convênio de Taubaté propunha também que os estados contratantes fixassem uma graduação nacional de qualidade do café, visando a tirar o controle da graduação da qualidade do café brasileiro das mãos dos membros da Bolsa de Nova York. Eles sabiam que o grau atribuído à safra do ano poderia significar prejuízos ou lucro para o fazendeiro. O acordo previa, além disso, a criação de uma sobretaxa de três francos-ouro para cada saca de café exportada a fim de reunir maiores garantias para os empréstimos externos que financiariam o esquema. Advogava também a proibição de novas plantações, além da criação de uma caixa de conversão que estabilizasse o câmbio em um nível remunerador. Pregava, ainda, o monopólio estatal do comércio cafeeiro com vistas a livrar a lavoura do jogo especulativo resultante do domínio que os exportadores exerciam nesse setor (Holloway, 1978, p. 61-6 e Vilardo, 1986, p. 76-82).

A proposta inicial para a primeira valorização, isto é, o Convênio de Taubaté, tinha, assim, uma clara conotação pró-lavoura. Nessas condições, é compreensível que o grande capital cafeeiro se ocupasse com tal plano. Foi por essas razões que Antonio Prado assumiu a luta contra o esquema valorizador tal qual previsto pelo Convênio de Taubaté. Através da companhia Prado Chaves criticou-o, pois receava as suas conseqüências cambiais e monetárias. Atacou a estabilização da moeda em um nível baixo, pois isso atingiria os seus interesses ferroviários e o comércio de importação. Como exportador, duas coisas não lhe interessavam: a fixação de um preço mínimo do café, ainda mais em um nível tão elevado, abalando a confortável posição em que se encontravam os oligopólios comerciais na determinação dos preços do produto; além disso, a proposta de monopolização do comércio do grão pelo Estado era inadmissível, pois teria como resultado a expulsão do grande capital de um dos setores mais lucrativos em que atuava. Ou seja, enquanto proprietário de um império mercantil que abarcava todas as esferas da economia cafeeira, da produção ao comércio externo, Antonio Prado reconheceu no esquema valorizador, tal como apresentado pelo Convênio, uma ameaça aos seus interesses de capital mercantil (Stolcke, 1989, p. 140).

Portanto, não é de estranhar que o grande capital tenha, sobretudo na pessoa de Antonio Prado, exercido forte oposição ao Convênio de Taubaté.

Porém, algo de estranho parece ter acontecido por ocasião da realização do primeiro plano valorizador, pois o grande capital, outrora intransigente opositor, assumiu uma postura favorável à implementação do esquema. Numa carta de Afonso Pena - em cuja presidência foi realizado o primeiro esquema valorizador - a Washington Luís, em 11 de novembro de 1909, aquele demonstra conhecer as razões do apoio paulista transmitido por Olavo Egídio, Albuquerque Lins e Jorge Tibiriçá - indivíduos sabidamente membros do grande capital cafeeiro - ao seu governo. Esses senhores

lembravam Afonso Pena, por ocasião da sua sucessão, da necessidade de não haver interrupção nas medidas financeiras que ele vinha praticando, medidas que estavam de acordo com os interesses econômicos de São Paulo (Martins Filho, 1981, p. 38). O próprio Antonio Prado abandonou a sua posição inicial e passou a apoiar o esquema valorizador.

O que teria acontecido? Nenhum grande enigma. Na verdade, o plano valorizador realmente efetivado significava um abandono das propostas centrais do Convênio de Taubaté em favor de um plano muito próximo ao Plano Siciliano, apresentado em 1903 (Holloway, 1978, p. 61 e 71).

Como bem notou Holloway (1978), não se trata de simples questão de precisão histórica. Trata-se de saber quem dominou o esquema valorizador, quem de fato foi prioritariamente beneficiado, enfim, quem teve forças para descaracterizar a proposta inicial. Para descobri-lo é preciso saber quais eram os aspectos principais do Plano Siciliano.

Este plano foi apresentado em 1903 por Alexandre Siciliano, "um dos mais prestigiados plantadores e comissários do estado", à Sociedade Paulista de Agricultura. Antonio Prado, figura de relevo do grande capital, de início colocou algumas objeções, mas terminou por apoiá-lo através da Companhia Prado Chaves, que se tornou uma arma semi-oficial do governo do estado na primeira valorização.

Com o apoio do grande capital cafeeiro, a corrente intervencionista consolidou-se definitivamente. Recebeu forte impulso da cúpula do governo de São Paulo, dirigido, na época, por Jorge Tibiriçá, e, finalmente, a valorização se realizou, mas não de acordo com as cláusulas do Convênio de Taubaté e sim segundo as intenções do Plano Siciliano, o que nos revela que, de algum modo, os interesses do grande capital foram decisivos na formulação definitiva do primeiro esquema valorizador.

Esse plano expressava um tipo de participação que interessava à burguesia mercantil, pois, ao contrário do Convênio, propunha a formação de um "sindicato de capitalistas" que, mediante um contrato de seis anos prorrogáveis com o Estado de São Paulo, centralizaria todas as compras do café e, mais importante, *exerceria o monopólio de comercialização dos estoques do produto com vistas à elevação do seu preço.*

Não há dúvida de que a perspectiva de intervenção no mercado cafeeiro atraía a atenção dos empresários não-ligados à produção, sobretudo pelo fato de que ela oferecia vantagens relativas à participação no comando do monopólio do comércio cafeeiro. Nesse ponto, aliás o principal, o Plano Siciliano era o oposto do Convênio de Taubaté. Não há dúvida também de que as medidas realmente efetivadas estavam muito mais próximas do Plano do que daquelas advogadas pelo Convênio.

Este último visava um esforço conjunto entre os governos estaduais e federal, a fim de defender os produtores da especulação comercial em período de excesso de oferta, deixando o controle do comércio em mãos oficiais. Porém, o que se realizou de fato foi uma cooperação entre o Estado de São Paulo e os comerciantes estrangeiros de café, visto que a valorização não poderia se realizar sem o respaldo financeiro destes

últimos. Ao governo federal, ao governo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, coube uma participação bastante limitada e cheia de restrições.

O "sindicato de capitalistas" era formado por Crossman, Sielcken, Arbuckle Bros e Theodor Wille, além de mais três companhias do Havre, quatro de Hamburgo, dois bancos londrinos e um de Hamburgo. Esse sindicato adiantaria 80% do capital necessário à compra do café e o governo do Estado entraria com os 20% restantes. O empréstimo seria pago com juros de 6% ao ano. A garantia do mesmo seria o café comprado durante a operação, estocado nos armazéns dos membros do consórcio, nos portos europeus e americanos. Alguns outros empréstimos seriam feitos até 1908, mantendo sempre o poder dos negociantes sobre o estoque do café e sobre a sua comercialização, além do controle sobre a política cafeeira, já que o Estado não poderia tomar qualquer nova decisão acerca desta política sem antes consultar o consórcio de capitalistas.

O resultado mais imediato e o mais visível da intervenção valorizadora foi a subida do preço do café. Este tinha permanecido estável entre 7,6 e 7,9 cents por libra-peso. Entre 1906 e 1908, passou a 13,8 cents. Porém, ao contrário do que aparenta a alta dos preços, o primeiro esquema valorizador não foi tão benéfico para a lavoura cafeeira. Vejamos as outras medidas e suas conseqüências.

Medida fundamental para o esquema valorizador foi aquela que instituiu a Caixa de Conversão.<sup>13</sup> Ela visava a estabelecer uma taxa cambial fixa com lastro-ouro. Tal taxa seria fixada em nível mais baixo que o do mercado, de modo a atrair para si as divisas em ouro que entrassem no país. A luta entre as frações dominantes da economia agroexportadora se deu, justamente, em torno do nível em que seria fixada a taxa cambial pela Caixa de Conversão. A lavoura reivindicava como ideal a taxa de 12 pence por mil-réis, o que não foi atendido. A taxa estabelecida foi de 15 pence por mil-réis, isto é, 25% acima do que fora exigido por aquela classe. Na verdade, essa taxa visava a conciliar interesses agrários, comerciais, industriais e financeiros com relação a uma medida que criava tantos conflitos. Portanto, a taxa cambial estabelecida não era do total agrado da lavoura cafeeira.

O estabelecimento de um preço mínimo é outro item que também revela a fraqueza dessa classe e a força do capital comercial. De fato, o nível atingido encontrou-se muito aquém do exigido pela lavoura. O preço médio mínimo que fora estabelecido pelo Convênio de Taubaté era de 55 a 65 francos-ouro por saca. Com a safra recorde de 1906, o máximo que o plano valorizador fez nessa área foi evitar uma queda drástica do preço do café, conseguindo que este ficasse na faixa de 41 francos-ouro a saca.

O plano efetivamente realizado também não foi generoso com a lavoura no que se refere ao controle da gradação da qualidade do café. Este permaneceu nas mãos

---

13. "A Caixa de Conversão podia conciliar os aspectos críticos da questão monetária e cambial: por um lado, manter uma taxa cambial estável e relativamente valorizada e, por outro lado, ampliar o meio circulante via emissão lastreada da Caixa de Conversão (lastro de divisas estrangeiras equivalentes a metal), com evidentes reflexos positivos sobre a disponibilidade do crédito em geral." Ver Flávio Saes (1985, p. 255).

dos compradores do produto que, assim, detinham mais um meio de determinar os preços e o destino dos "produtores". Portanto, a reivindicação de uma graduação nacional da qualidade do café, sob controle nacional, contida no artigo quarto do Convênio de Taubaté, também não se realizou.

As sobretaxas instituídas com a valorização já em andamento mostraram, por sua vez, que na necessidade de onerar alguns dos participantes, os escolhidos seriam os fazendeiros. Como os empréstimos se avolumavam e a única garantia era o café comprado, tornou-se necessária a criação de uma outra garantia que assegurasse o pagamento do empréstimo de três milhões de libras, feito em 14 de dezembro de 1906, junto aos banqueiros estrangeiros, utilizado para o pagamento dos empréstimos iniciais e para as compras da valorização. A nova garantia foi dada pela criação de uma sobretaxa de três francos-ouro (subindo mais tarde para cinco) que deveria ser paga aos agentes da Schroeder às segundas-feiras de cada semana, a partir de 17 de dezembro de 1906. Caso a quantia arrecadada excedesse os juros, o que sobrasse ficaria com o governo. As sobretaxas eram pagas pelos produtores (Holloway, 1978, p. 57-69).<sup>14</sup>

Não havia razão, portanto, para que o grande capital não apoiasse um plano desse tipo. Ele mantinha a essência da valorização, isto é, retirar café do mercado e estocá-lo para elevar o preço. Porém, diferentemente do Convênio de Taubaté, era um plano que não tocava na questão do monopólio da comercialização do café e que mantinha o preço mínimo bastante baixo. Enquanto exportador, esse plano atendia plenamente aos interesses do grande capital cafeeiro e mantinha a lavoura na condição de última beneficiária da valorização.

Segundo Sérgio Silva (1976, p. 69), os organismos encarregados da defesa do café, ou seja, encarregados da aplicação da valorização, da gestão dos fundos consagrados a esse fim e da liquidação dos estoques, eram, de fato, dirigidos pelos representantes diretos da grande burguesia cafeeira, isto é, "dos homens que, sendo também grandes fazendeiros, são antes de tudo banqueiros e exportadores". E, ainda segundo o autor, foi essa grande burguesia cafeeira, proprietária de bancos e casas

---

14. O problema das taxas e dos impostos parece ter-se apresentado à lavoura por todo o período. Rodolfo Miranda, candidato ao governo de São Paulo em 1912, afirmava na sua plataforma de governo: "Como temos constatado por diversas vezes, a pauta para a cobrança do imposto de 9% *ad valorem* sobre o café a exportar-se tem sido confeccionada com grave injustiça para as classes produtoras... Para que tal não se reproduza, procuraremos a manifestação sobre esse assunto dos exportadores, comissários, corretores e demais interessados na lavoura, a fim de se empregar nas cobranças daquele imposto um processo mais equitativo. Procedemos, simultaneamente, a uma completa revisão do sistema tributário - em cujas engrenagens se debate a perseguida lavoura de São Paulo - abrandando o enorme peso dos impostos". Altino Arantes, também candidato em 1916, afirmava: "Na distribuição equitativa dos impostos, conduzida de forma a fazê-los incidir sobre todas as classes sociais e sobre todos os ramos da atividade lucrativa, e destinada, paralelamente, a aliviar a pouco e pouco a lavoura dos pesados encargos com que vem arcando" (Casalecchi, 1978, p. 55, 69). Mais especificamente sobre as sobretaxas, um economista americano examinou o plano de valorização e afirmou o seguinte: "Nas condições que prevaleciam no mercado, com uma produção excedente e com os estoques governamentais constantemente ameaçando o comércio, a sobretaxa não poderia ser facilmente mudada. Era o cafeicultor que acabava pagando por tudo" (Apud Holloway, 1978, p. 73).

exportadoras, que reservou a si uma parte cada vez mais importante do lucro realizado a partir da produção do café.

Várias casas brasileiras participavam do comércio exportador (vinte entre setenta), mas nenhuma delas tinha a força da Companhia Prado Chaves. Esta casa exportadora teve ativa participação na operação valorizadora. O seu diretor, Paulo Prado (filho de Antonio Prado) era o representante de São Paulo no comitê de administração do estoque.

É difícil, depois de se conhecer as principais medidas do plano realmente efetivado, de se ter conhecimento do apoio do grande capital à política de Afonso Pena, do apoio de Jorge Tibiriçá e da participação fundamental da Companhia Prado Chaves no esquema valorizador, manter a idéia de que o grande capital cafeeiro se opôs ao esquema e que este tenha sido uma vitória da lavoura cafeeira, considerada a principal beneficiada pelo plano.

A nosso ver, portanto, na análise do esquema valorizador, não basta investigar o histórico dos preços do café após 1906, constatar a sua ascensão e concluir com base nisso que houve uma vitória da lavoura cafeeira sobre o capital mercantil. Nem basta dizer que a valorização garantiu à lavoura uma boa margem de lucros.

Mais do que isso, é preciso analisar o esquema valorizador globalmente, para perceber que nele as principais reivindicações da lavoura não foram atendidas. Ao contrário, a ele coube uma posição completamente subordinada no esquema, além do peso das sobretaxas. Os grandes lucros de fato couberam aos exportadores que, com o controle e a retenção dos estoques, conseguiram que o preço subisse nos países consumidores e, ao mesmo tempo, impuseram um preço mínimo bastante baixo ao cafeicultor.

## **A terceira valorização do café**

O período do pós-guerra trouxe condições que impuseram uma nova operação valorizadora (1921-23).

Ao lado da especulação comercial, que visava a empurrar os preços para baixo, o comércio externo de café sofreu grave crise com o abalo das economias centrais, sobretudo a dos Estados Unidos, que era o nosso maior comprador. Paralelamente à violenta queda da demanda causada pela crise americana (1921), surgia a expectativa de mais uma safra volumosa para o ano cafeeiro de 1920-21.

Para aumentar ainda mais a fragilidade dos "produtores" frente à crise e ao jogo especulativo, permanecia muito precária a organização bancária nacional, com sua reduzida capacidade para financiar a produção cafeeira e a estocagem. Ainda nos anos 20, os bancos nacionais só forneciam empréstimo de curto prazo.

Nessas circunstâncias, como era de esperar, os fazendeiros pressionaram o Estado por mais um esquema valorizador, com vistas a assegurar condições propícias

ao processo de acumulação, isto é, com vistas a manter a taxa de lucro via sustentação do preço. Para isso, reivindicaram a criação de um banco central de emissão e redesconto.

Tal reivindicação fez com que o terceiro esquema valorizador tivesse o seu início marcado pelo debate entre os "emissionistas" e aqueles que defendiam a utilização do crédito externo. Os primeiros, em função da escassez de crédito devida à crise internacional, sugeriram a prática da emissão que havia sido utilizada na segunda valorização. O motivo principal dessa proposta, além de superar a escassez de crédito, era dar maior autonomia ao Estado nacional, diminuindo a sua dependência do capital financeiro internacional. Para os fazendeiros, a principal razão residia no fato de as emissões tirarem o poder das casas exportadoras e dos bancos, visto que eles não mais financiariam e, conseqüentemente, não mais controlariam o esquema valorizador. Lembre-se ainda que as emissões permitiriam acabar com as sobretaxas de garantia aos empréstimos externos, além, é claro, de uma possível inflação, que aumentaria a remuneração em mil-réis.

Aqueles que criticavam o esquema com base em emissões tinham como arma os velhos argumentos, ou seja, de que ela causaria inflação e desvalorização cambial, além de nos desacreditar diante da comunidade financeira internacional.

Nesse debate, o que percebemos são os mesmos interesses da lavoura e do grande capital em luta. A lavoura querendo se livrar dos exportadores, dos impostos e aumentar a sua renda; o grande capital lutando para manter rentáveis os seus empreendimentos, desejando afastar a desvalorização cambial e querendo evitar o monopólio oficial do grão.

A princípio saiu vencedora a corrente pró-emissão, compatível com os interesses da lavoura, cuja vitória se expressou no decreto do presidente Epitácio Pessoa, em novembro de 1920, que autorizava a implantação da operação de valorização financiadora pela Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil. Esta instituição buscava o aumento da oferta de moeda por meio do desconto de títulos e da garantia-ouro inferior às emissões.

As operações de compra foram iniciadas em março de 1921. No final do mesmo mês, cerca de 4,5 milhões de sacas de café já haviam sido retiradas do mercado. Com isso, o preço do café tipo "Rio 7", no mesmo ano de 1921, passava, em Nova York, de 6,4 cents a libra peso para 8 cents. Essa intervenção federal rendeu 77 milhões de dólares ou um lucro de 130 mil contos.

Tudo parecia ir de acordo com os desejos da lavoura. Porém, em maio de 1922, o governo federal, que antes aprovara o projeto de emissão, contraiu um empréstimo de nove milhões de libras esterlinas com os banqueiros ingleses Rotschild, Schroeder e Baring Bros. As cláusulas desse empréstimo feriam gravemente os interesses dos fazendeiros de café e, portanto, representavam claramente um recuo frente às conquistas alcançadas até então.

O esquema passou a funcionar da seguinte maneira: o governo cedia os 14,5 milhões de sacas que havia retirado entre o início e o fim de março de 1921, isto é, as

mesmas sacas que serviriam, mais adiante, como base financeira da defesa permanente. Foi formado um comitê com a presença de representantes dos banqueiros internacionais, um outro do Brazilian Warrant and Co. e um do governo brasileiro. Mais uma vez, a associação entre o Estado e os banqueiros internacionais passaria a ter o controle sobre a liquidação dos estoques. Ou seja, mais uma vez os fazendeiros, que queriam o monopólio estatal do estoque e comércio, seriam derrotados.

Constava ainda do acordo para o empréstimo que o resultado da venda desses estoques ficaria retido junto ao comitê até o ano de 1932, data de vencimento do empréstimo. Como se percebe, o saldo político foi deficitário para o governo brasileiro e positivo para os que financiaram a valorização. O Estado ficou proibido, mais uma vez, de realizar novas intervenções no mercado cafeeiro sem a autorização expressa da Brazilian Warrant ou do comitê.

A justificativa para a realização do empréstimo era de que o governo não mais queria lançar mão das emissões de papel-moeda sem lastro. Além disso, segundo a lei, a carteira de redesconto não poderia mais fornecer dinheiro para o esquema quando as compras do café atingissem o valor de 270 mil contos de réis. Para não suspender a operação, segundo o governo, foi preciso apelar para o crédito externo (Vilardo, 1986, p. 135-47).

Assim, se a segunda valorização foi realizada com base nas emissões, percebe-se que foi só passar o período de anormalidade da guerra que o esquema voltou a sua característica inicial, isto é: todo poder às casas exportadoras e aos bancos internacionais. Nela não se realizou plenamente o sonho das emissões nem, muito menos, o sonho do monopólio oficial do comércio cafeeiro. Essas duas propostas típicas da lavoura foram mais uma vez rechaçadas e no seu lugar mantido o domínio do capital comercial.

## **A defesa permanente**

Os esquemas valorizadores tinham se revelado um claro sucesso no que se referia à elevação do preço do café. A partir deles começou-se a cogitar a possibilidade de estabelecer mecanismos que garantissem de forma permanente, e não apenas esporádica, o amparo aos preços do café.

Em função disso e da permanência da especulação comercial, o presidente Epitácio Pessoa, em 17 de outubro de 1921, enviou mensagem ao Congresso pedindo a defesa permanente do café. Discorrendo sobre a importância deste produto para a economia nacional e sobre a escassez de recursos para esse setor, propunha o presidente a formação de um Conselho de Defesa Permanente do Café, argumentando que a insuficiência de nossa organização bancária tornava precária a situação dos produtores.

O conselho deveria operar com um capital inicial de 300 mil contos, destinados a empréstimos aos produtores e à compra do café a fim de regularizar a oferta, além de financiar a propaganda no exterior. O capital inicial de 300 mil contos seria constituído pelos lucros advindos das operações de valorização, em especial da terceira, e também por emissões de papel-moeda sobre lastro-ouro e lastro-café.

Seria também função do conselho regular a entrada da safra nos dois portos, do Rio e de Santos, represando parte dela no interior através dos armazéns reguladores. O objetivo era impedir o afluxo de grandes quantidades de café aos portos num mesmo período, evitando, assim, as especulações baixistas.

Esse projeto inicial de defesa permanente tinha algumas diferenças em relação a outros esquemas valorizadores. Nele, o fazendeiro passaria a controlar o próprio café, visto que a estocagem seria garantida e a formação dos estoques estaria sob seu controle. A eles, portanto, caberia a apropriação dos lucros da venda dos estoques.

Em junho de 1922, o projeto foi aprovado pela Câmara Federal. No final de 1921 e início de 1922, dois projetos de emissão haviam sido aprovados, o primeiro para financiar a terceira valorização, ainda em curso, e o segundo para implantar a defesa permanente.

Porém, antes que o Senado sancionasse a lei que a criava, os bancos ingleses autorizaram um empréstimo de nove milhões de libras que fora, como vimos, solicitado por Epitácio Pessoa para financiar a terceira valorização. Esse empréstimo, pelas suas cláusulas, impedia a emissão de papel-moeda. Além disso, o lucro das vendas dos estoques ficaria sob controle dos banqueiros. Portanto, as emissões e os fundos da terceira valorização, as bases financeiras da defesa permanente, não poderiam ser utilizados. O novo esquema nascia morto pela carência de recursos. O Instituto de Defesa Permanente permaneceu letra morta até a completa liquidação da terceira valorização.

Em 1922, foi eleito presidente o mineiro Artur Bernardes. O novo presidente deu continuidade à terceira valorização. Com relação à defesa permanente realizou apenas a parte relativa à construção dos armazéns reguladores junto aos entroncamentos das estradas de ferro.

No seu governo surgiu novamente o debate entre os "emissionistas" e seus adversários. Estes últimos, como já dissemos, não eram contra a defesa, mas contra utilizar a recém criada capacidade de emissão do Banco do Brasil para este fim, pelos motivos já expostos aqui. Artur Bernardes tendia a concordar com essa posição, o que se explica sobretudo pela crise cambial e monetária do início do seu governo, que o levou a adotar uma política contracionista (Silva, 1976, p. 82-5).

Além disso, a fragilidade do nosso sistema bancário, isto é, a ausência de fontes adequadas de crédito à lavoura cafeeira, colocou todo o ônus da retenção nas costas dos fazendeiros. Estes, por sua vez, passaram a pressionar o governo federal

para que os encargos da defesa permanente fossem transferidos para o Estado de São Paulo.<sup>15</sup>

Em 1924, o empréstimo relativo à terceira valorização já fora pago devido às condições favoráveis do mercado cafeeiro. Isso possibilitou ao governo livrar-se das exigências do comitê da valorização e readquirir a liberdade de ação com relação à política cafeeira, antes tolhida pelo contrato.

Em novembro do mesmo ano, por decreto federal, foi transferida para as mãos do governo paulista a responsabilidade pela defesa permanente. Os armazéns reguladores foram transferidos a preço de custo ao governo estadual e, em dezembro de 1924, criou-se o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, depois chamado de Instituto do Café. Desde logo, para o financiamento da defesa em São Paulo, o expediente do empréstimo externo foi o escolhido.<sup>16</sup> Para tanto, mais uma vez, foi criada uma taxa de um mil-réis sobre cada saca de café que transitasse pelo estado. Tal taxa serviria de garantia a um empréstimo externo que seria o fundo da defesa permanente do café.

Os fazendeiros, isto é, a lavoura, discordaram da criação dessa nova taxa. Alegaram, o que era verdade, que já vinham sendo onerados com uma carga tributária excessiva, com os 9% do imposto de exportação e a taxa de cinco francos-ouro, imposta em 1906 e ainda vigente. Criticavam também a realização da defesa permanente com base em empréstimos externos, causa de taxas e mais taxas, e reivindicavam a política emissionista. Porém, conhecendo a urgente necessidade de fundos para dar continuidade ao plano e frente à impossibilidade de emitir, os "produtores" "aceitaram" mais esse encargo.

Como dissemos, a defesa permanente guardou algumas diferenças com os outros esquemas valorizadores. Uma delas, a mais importante, foi o novo circuito de financiamento que se estabeleceu. Nessa nova forma, o fazendeiro depositava o café nos armazéns e recebia um "conhecimento de depósito de café". Ele levava ao banco esse documento e recebia um empréstimo, não mais a curto prazo, mas um empréstimo especial para cafeeicultura. Os bancos, por sua vez, iam ao Instituto do Café, que lhes entregava o equivalente àquele documento para que pudessem financiar outros fazendeiros e receber novos juros. Era, sem dúvida, mais vantajoso para a lavoura do que os outros esquemas. Porém, parece que os procedimentos não eram de total agrado dessa classe, pois, como nos informa Pierre Mombeig, o Banco Paulista de Crédito Agrícola, responsável pelo ressarcimento ao produtor cuja mercadoria ficava

15. Uma outra razão para essa transferência é dada por Eduardo Kugelmas (1986, p. 151). Ele diz que ao governo federal também interessava deixar a defesa permanente a cargo de São Paulo em função da dificuldade e do desgaste que causaria a tentativa de "conciliar a miríade de interesses no mundo cafeeiro". O governo federal achava que a concessão de crédito por armazenagem daria margem a acusações de corrupção e favoritismo.

16. A instituição que concedeu os empréstimos, e teve por isso forte influência no gerenciamento da defesa permanente, foi o *trust* financeiro Lazard Brothers. Em 1926, essa casa bancária concedeu um empréstimo diretamente ao Instituto do Café e não ao Estado de São Paulo. O empréstimo era de dez milhões de libras esterlinas, a juros de 7,5% ao ano, e seria pago com taxas sobre o café transportado. Cf. Vilarde (1986, p. 162) e Prado Júnior (1987, p. 234-5).

armazenada, efetuava adiantamentos de no máximo 50% do valor da colheita entregue aos armazéns. Lembre-se que os fazendeiros deviam ainda arcar com a pesada taxa de um mil-réis-ouro por saca (Mombeig, 1984, p. 115).<sup>17</sup>

A fraqueza da lavoura se revela ainda mais claramente na reestruturação sofrida pelo Instituto do Café, em outubro de 1926. Nessa reestruturação, as funções executivas foram separadas das funções consultivas. O secretário da Fazenda passou a ter a direção suprema do Instituto. Foi criado um Conselho Consultivo, com atribuições fiscais, sob a presidência do mesmo, com o secretário da Agricultura na vice-presidência e mais três membros indicados pelo presidente do estado.

Várias sociedades agrícolas e a Associação Comercial de Santos - ligada ao comissariado daquela cidade - protestaram contra tal reformulação, visto que na estrutura anterior elas indicavam três membros. Na nova organização, seus representantes não mais participariam das funções executivas. Agora, o controle do Instituto estava nas mãos do Estado, vale dizer, nas mãos do PRP, que não era o representante ideal dos interesses da lavoura. Ao contrário, como já dissemos, há fortes indícios de que a Comissão Executiva do PRP era controlada pelo grande capital cafeeiro.

Em dezembro de 1929, preocupados com a crise, os lavradores organizaram um congresso convocado pela Liga Agrícola Brasileira, associação vinculada à lavoura, e teceram críticas à política de valorização, pedindo a manutenção do preço do produto e um controle maior, isto é, uma representação eficiente dos fazendeiros na direção do Instituto (Prado, 1986, p. 144). O Instituto do Café tinha essa particularidade: fora criado para a "defesa da lavoura", mas não era dirigido por lavradores e sim por interesses contrários aos deles.

Assim, as conseqüências da defesa permanente para a lavoura parecem claras. Ela se opunha às bases sobre as quais a operação se deu, isto é, as novas taxas, os empréstimos externos e a sua fraca representação na direção do Instituto. Percebe-se então que, ainda na década de 20, permanecia uma não-identidade entre lavoura cafeeira e governo do estado.

Do mesmo modo que as outras valorizações, sobretudo a primeira e a terceira, a lavoura ocupou nessa nova operação um posição subordinada aos interesses distantes da produção, revelando estar ela bem longe de exercer a hegemonia no interior do bloco no poder da economia agroexportadora.

As desastrosas conseqüências da defesa permanente são bastante conhecidas. Os preços mantidos num nível alto estimularam mais e mais a produção e, com isso, aumentaram desmesuradamente os estoques. Além disso, essa política aumentou a concorrência com outros países exportadores favorecidos pela manutenção dos altos preços. Tudo isso encerrava um círculo vicioso: os estoques aumentavam os preços que aumentavam a produção, o que impunha, por sua vez, o aumento dos estoques. Não demorou para que se formassem estoques sem qualquer viabilidade econômica

---

17. Segundo Boris Fausto (1972, p. 46), a situação era ainda pior. O fazendeiro recebia pela mercadoria entregue aos armazéns apenas 35% correspondente ao valor do produto.

a curto prazo. Com o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929, houve uma brutal queda da demanda, fazendo com que os preços caíssem imediatamente em 30%. Os estoques perderam o valor e os fazendeiros ficaram sem dinheiro para pagar os empréstimos recebidos.

Para finalizar, é interessante observar, no que se refere às políticas de valorização do café, a presença de um esquema geral de *decision making*. Como todas as frações dominantes ligadas à economia agroexportadora dependiam da produção do café, a necessidade de sustentar o preço deste produto em épocas de crise provocava a união dessas frações em torno desse objetivo. Ou seja, *num primeiro momento, a valorização do café se apresentava como um interesse geral do conjunto das frações dominantes* diretamente ligadas a essa economia. Porém, *num segundo momento, quando se procurava decidir a respeito das formas de se efetivar tal esquema*, isto é, quando se decidia com quem ficava a maior parte dos lucros, *a união se desfazia para dar lugar ao conflito entre essas frações*. Nesse segundo momento, a lavoura cafeeira sempre colocava as suas próprias propostas, que, no entanto, eram derrotadas pelos interesses mercantis do grande capital cafeeiro.

## A questão do crédito agrícola

Além da monopolização oficial do grão, uma reivindicação típica da lavoura que também não se realizou, não só nos esquemas valorizadores, mas durante todo o primeiro período republicano, foi a formulação e realização de uma política de crédito agrícola.

Como se sabe, a organização bancária no Brasil de 1889 a 1930 era extremamente precária. Os bancos estrangeiros, por sua vez, jamais se interessavam pela produção do café, preferindo sempre atuar na especulação comercial. Os vários bancos de custeio rural, surgidos sobretudo no interior do estado, nunca duraram muito. Havia muitos deles nos anos de 1890, mas a crise bancária de 1901 praticamente os eliminou. Como nos informam Mello e Saes, eles participavam no máximo com 1% ou 2% do total dos depósitos do sistema creditício (1985, p. 336).

Nessas condições, com uma oferta de crédito tão restrita, o capital era caríssimo e, justamente por ser escasso, não ficava imobilizado a longo prazo. Essa escassez de crédito agrícola permitia ao comissário exercer a função bancária à qual já nos referimos. Tanto é que, em 1906, um senador por São Paulo afirmava que os processos comerciais eram idênticos aos de quarenta anos atrás: comissários recebendo vantagem sobre o café e fornecendo, como banqueiros, dinheiro para o custeio das fazendas (Holloway, 1978, p. 19).

Assim, como afirmamos anteriormente, se os comissários são expulsos da sua função de intermediário comercial pela concorrência das classes exportadoras, eles

permanecem, contudo, nas suas funções bancárias, justamente em função da precariedade do nosso sistema creditício.

Porém, o fornecimento de crédito por parte dos comissários não era, nem de longe, algo que pudesse substituir uma política creditícia eficaz. Sendo um sistema de crédito baseado mais em relações pessoais do que em relações legais, era difícil que funcionasse fora de uma situação em que os preços do café estivessem elevados, com câmbio estável e boas colheitas. Tornava-se muito perigoso emprestar dinheiro em época de superprodução e crise de preços, ou seja, justamente em épocas onde o crédito era ainda mais necessário. Fazê-lo era correr o risco de não ser pago por fazendeiros inadimplentes. Criticando a dependência da lavoura em relação a esse sistema de crédito e reivindicando a criação de bancos de crédito, dizia o *Diário Popular*, de São Paulo:

os preços do café sendo altos, como são, o crédito é fácil com o comissário ou mesmo com o capitalista. Amanhã, se os preços baixarem, como é possível em consequência do aumento da oferta, porque a quantidade produzida poderá ser muito maior, o crédito desaparecerá e ficará claro que um banco em cada localidade representará mais um papel importantíssimo. (Apud Saes, 1981, p. 251)

Portanto, em momentos de crise observa-se a incapacidade das formas de crédito satisfazerem as necessidades da agricultura. A crise de 1900 a 1905, que levou muitos fazendeiros à ruína, foi também um forte golpe no sistema creditício que tinha por base os comissários.

A idéia de criação de um estabelecimento de crédito em cada localidade, enunciada na citação acima, não se concretizou. Na proposta inicial, os bancos deveriam formar o seu capital e fornecer crédito com base no dinheiro dos imigrantes neles depositado. Como garantia, os fazendeiros dariam a própria safra, obtendo recursos em proporção ao valor do café entregue em caução. Porém, o modo como se desenvolveu o sistema bancário revela que os recursos dos colonos não eram tão elevados a ponto de constituírem um fundo significativo, e que a garantia com base no produto não era tão atrativa aos estabelecimentos bancários.

Várias outras propostas surgiram para superar a escassez de crédito. Em 1895, foi elaborado um projeto com o objetivo de criar bancos para auxiliar as indústrias agrícola, pastoril e similares. Os bancos deveriam operar por intermédio de um contrato com o governo e poderiam emitir letras hipotecárias, além de fazer empréstimos sobre hipotecas de imóveis rurais ou urbanos, ou ainda sob penhor. No entanto, os empréstimos não poderiam ultrapassar 50% do valor do imóvel rural, 75% do imóvel urbano e 40% no caso de móveis, semoventes ou frutos pendentes. Dessa vez, a proposta não parecia vantajosa à lavoura.

Em 1897 foi a vez da Associação Comercial do Rio de Janeiro elaborar um projeto. Ela enviou ao Congresso Nacional uma representação visando a constituir sociedades cooperativas para fornecer empréstimos por hipoteca, por penhor agrícola, por conta

corrente, com garantias e ainda por caução de títulos da dívida pública. Também esse projeto não resultou em nada.

Um projeto de deputados paulistas (Alfredo Ellis e outros), enviado ao Congresso em 1902, propunha a autorização do poder executivo para garantir juros de 6% a 8% ao ano sobre o capital de 100.000.000\$, pelo prazo de vinte anos. Os bancos nacionais e estrangeiros operariam em benefício das lavouras de café e cana, mediante juros de 10% ao ano, sobre hipoteca e com prazo limitado de cinco anos. A comissão encarregada de examinar o projeto recusou-se, alegando ser o juro de 10% excessivo e exigiu empréstimos a longo prazo e com juros mais baixos. Além disso, criticaram-se as garantias de 6% a 8% de juros ao ano pelo Estado, alegando que sangrariam os cofres públicos e levariam à ineficiência (Saes, 1981, p. 250-3).

Em 1903, um membro do Congresso criticou o Banco de Crédito Real de São Paulo, dizendo que ele "não podia prestar senão auxílios muito precários" (Saes, 1981, p. 252).

O governo Afonso Pena (1906-10), por sua vez, tentou construir um banco hipotecário federal. O Congresso chegou a aprovar os estatutos deste banco, mas ele nunca foi criado.

O Banco do Brasil conseguiu suprir os financiamentos de curto prazo para a agricultura, mas não dispunha de recursos suficientes para sanear as constantes dificuldades do setor.

São Paulo e Minas Gerais também ensaiaram as suas tentativas, mas os seus recursos nunca foram suficientes.

Em 1923, no governo de Artur Bernardes, o Congresso concedeu ao Banco do Brasil o monopólio das emissões. Essa concessão fazia parte de uma reforma bancária que autorizou a criação do Banco Nacional Hipotecário. Apesar da oposição dos mineiros, os paulistas conseguiram aprovar uma lei que mandava o Tesouro investir 50 mil contos na nova instituição. A reforma permitia ainda que a instituição lançasse letras hipotecárias no valor de até um milhão de contos, para serem emprestadas à agricultura, à indústria, às ferrovias e à mineração. O banco deveria ser presidido pelo presidente do Banco do Brasil. Os outros cinco membros da diretoria seriam escolhidos pelo presidente da República, porém o Banco do Brasil não teve a atuação desejada e o Banco Hipotecário nem sequer chegou a ser criado. O presidente Artur Bernardes preferiu lutar contra a depreciação do mil-réis, em vez de combater a recessão e a falta de crédito (Topik, s.d., p. 61).

Assim, na década de 1910 uma das principais reivindicações da lavoura continuou a ser a criação de um banco de crédito agrícola que oferecesse um sistema eficaz de concessão de crédito. Em resumo, a situação geral do crédito era a seguinte: a maioria dos empréstimos feita só a curto prazo, ausência de empréstimos para a produção, capital escasso demais para ser imobilizado a longo prazo e ausência sistemática de uma política creditícia que sanasse essa situação.

A ausência constante do crédito, pela importância que ele representava para a produção, foi tema de várias plataformas dos candidatos ao governo de São Paulo. As

promessas não saíram do âmbito da retórica,<sup>18</sup> mas os discursos eleitorais revelam, sem dúvida, a importância do assunto.

Albuquerque Lins, quando escolhido candidato pelo PRP, em 25 de janeiro de 1908, dizia o seguinte:

é lacuna sempre a lamentar que até agora não tenha sido possível instituir o crédito agrícola entre nós, apesar das facilidades e dos fatores que em lei têm sido propostas, e a despeito do empenho com que tem sido tentada a realização deste desideratum.<sup>19</sup>

Rodolfo Miranda, candidato pelo PRC (Partido Republicano Conservador), em 24 de fevereiro de 1912, fez as seguintes promessas:

esperamos beneficiar ainda a nossa lavoura, esforçando-nos para a redução das tarifas férreas e de cabotagem para o transporte do café e demais gêneros no Estado; e imprimindo um câmbio mais prático, mais benéfico na constituição do crédito agrícola e hipotecário, em ordem a que as *aspirações legítimas da grande lavoura* sejam consultadas mais de perto e mais de pronto atendidas. (g.n.)

Altino Arantes, por sua vez, em 8 de janeiro de 1916, discorre sobre o aparecimento e declínio dos bancos de custeio rural que foram levados à ruína.

É de desejar, entretanto, que - conhecidas agora as falhas da organização ensaiada e as causas de seu malogro -, uma outra venha substituir, dentro em breve, com os necessários elementos de viabilidade e de resistência. Para tanto não lhe havia de faltar proteção oficial; e de bom grado ela abrangeria também o Instituto de Crédito Hipotecário ora existente, se - descobrindo o seu capital e fundando agências ou sucursais em todos os centros agrícolas do Estado - fosse ele próprio levar às classes produtoras o conforto pecuniário, que garante a sua tranquilidade e favorece a sua expansão. A esse mesmo instituto ou outro congênere, concomitantemente, dotar os nossos mercados exportadores com recursos que lhes permitissem, em momento dado, resistir vitoriosamente às manobras dos especuladores, graduando a oferta dos produtos no sentido de sustentar-lhes um preço equitativamente compensador.

Washington Luís, por sua vez, propunha, em 25 de janeiro de 1910, instituir

um banco central com capital adequado e faculdades de emissão, para redescontos, operando com bancos regionais de descontos e depósitos que se entrelaçam com agências postas por toda parte, onde haja uma transação legítima a valizar, fará o dinheiro circular sem embaraço, estabelecerá o crédito, desenvolverá o país...

E, finalmente, Carlos de Campos propunha, em 20 de janeiro de 1924,

---

18. Embora os candidatos, quando eleitos, jamais realizassem tais promessas, podemos supor que a frequência do discurso acerca do problema creditício fosse um elemento importante na produção da aliança do poder regional com os coronéis responsáveis pelas massas rurais votantes.

19. Esta e todas as citações das plataformas dos candidatos se encontram em Casalechi, 1978, p. 28, 55, 72-3, 86 e 109, respectivamente.

a organização do crédito agrícola, tanto hipotecário como penhorativo, servindo empréstimos a longo e a curto prazo, com juros razoáveis destinados, aqueles à conservação e à melhoria das situações e estes aos mais prementes dispêndios de custeio e *warrantagem* de produção.

Na medida em que a lavoura cafeeira era parte importante do PRP, é compreensível a presença da questão creditícia, tão cara àquela fração, nas plataformas dos candidatos do partido ao governo do Estado de São Paulo. Porém, como vimos, tais promessas não saíram dos discursos eleitorais.

As plataformas desses candidatos, que recobrem o período de 1908 a 1924, revelam claramente a ausência crônica de uma política creditícia oficial e eficaz que tanto beneficiaria a lavoura. Paralelamente, *revelam também a fraqueza política dessa classe, que jamais logrou impor a sua realização, permanecendo, por isso, suas constantes reclamações e as freqüentes promessas dos candidatos.*

A quem, de fato, interessava este "descuido" por parte dos governantes? Muito já se disse sobre a relação entre a ausência de crédito agrícola a longo prazo e a especulação comercial, isto é, sobre a posição subordinada da lavoura - em situação difícil por não ter condições de financiar a estocagem de sua colheita, tendo, por isso, que vender a sua safra rápido e barato - frente às casas exportadoras. Ora, a reiteração de precariedade creditícia significava, ao mesmo tempo, a reprodução dessa subordinação da lavoura aos exportadores, e, portanto, a reiteração do poder destes na determinação do preço do produto a ser comprado diretamente dos produtores. Em suma, significava a reprodução da tutela comercial sobre a lavoura.

Ao grande capital cafeeiro, ao contrário, pouco importava essa "falha" na política governamental. É fato conhecido que além de fazendeiros eles eram exportadores - ocupando a posição privilegiada referida acima - e banqueiros. Participavam diretamente da direção de vários bancos e tinham, portanto, fácil acesso ao crédito por intermédio de relações pessoais. Tinham, assim, uma grande capacidade de autofinanciamento, podendo suportar as crises de preço e os gastos com estocagem. Em suma, a lavoura não tinha, nem de longe, a resistência financeira do grande capital cafeeiro.

Fica claro, portanto, a quem a situação precária do sistema de crédito favorecia e a quem ela prejudicava. Enquanto o grande capital tinha capacidade de autofinanciamento, podendo enfrentar as dificuldades da economia cafeeira, a lavoura, por sua vez, via-se completamente desprotegida, sem condições de enfrentar crises de preços e submetida a especulação comercial. Se podemos, por um lado, inferir a fraqueza política da lavoura com base na persistente ausência de uma política creditícia eficaz, por outro lado, podemos também inferir deste fato a força política do grande capital cafeeiro que conseguia, assim, perpetuar a dominação mercantil sobre a produção.

Portanto, concluímos, o conteúdo da política econômica cafeeira, da forma que foi efetivada na Primeira República, e os embates entre as diversas frações da classe dominante na sua formulação revelam, de forma privilegiada, o caráter fracionado e conflituoso do bloco no poder da sociedade exportadora paulista. Ao mesmo tempo,

a sua análise nos permite contestar a tese clássica, segundo a qual são os "fazendeiros de café" a fração hegemônica na Primeira República.

PERISSINOTTO, R. M. Dominant class and economic policy in the coffee economy (1906-1930). *Perspectivas*, São Paulo, v. 16, p. 165-189, 1993.

- **ABSTRACT:** *This paper tries to identify the divisions in the dominant class of the coffee exporter society in São Paulo (1906-1930) and its political meaning, analysing the decision making process on the economic policy and its main points.*
- **KEYWORDS:** *Dominant class; hegemony; economic policy; coffee economy.*

## Referências bibliográficas

- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1983.
- CASALECCHI, J. E. Plataformas políticas dos candidatos à presidência do Estado de São Paulo. *Boletim de Economia e História do Departamento de Economia*. Araraquara: UNESP/Iose, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FAUSTO, B. *Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*. São Paulo: Cebrap, 1972. (Cadernos Cebrap, 10)
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
- HOLLOWAY, T. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- KUGLEMAS, E. *A difícil hegemonia*. São Paulo: 1986. (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1978.
- LOVE, J. *São Paulo na federação brasileira: 1889-1937: a locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS FILHO, A. V. *A economia política do café com leite: 1900-1930*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1981.
- MELLO, Z. C. de M. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MELLO, Z. C. de M., SAES, F. Características dos núcleos urbanos em São Paulo. *Estudos Econômicos*, v. 15, n. 2, maio/ago., 1985.
- MOMBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- PERISSINOTTO, R. M. *Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo (1889-1930)*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRADO, M. L. C. *A democracia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1986.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SAES, F. A. M. de. Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906). *Revista Brasileira de História*, n. 2, 1981.

- SILVA, L. M. da. *No limiar da industrialização, Estado e acumulação de capital: 1919-1937*. Campinas: 1976. (Tese de Doutorado) - Universidade de Campinas.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- STOLCKE, V. Coffee planters, politics, and development in Brazil: a comment on Mauricio Font's analysis. *Latin American Research Review*, v. 24, n. 3, 1989.
- TOPIK, S. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, s.d.
- VILARDO, F. *A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República*. Campinas: 1986. (Dissertação de Mestrado) - Universidade de Campinas.
- VILLELA, A. V., SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/Inpes, 1973.